

TRI	AL	MC
CH	AO	JB
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS		
N.º de Ordem <u>134</u>		
Quem recebeu:		
Data: <u>30</u> / <u>06</u> / <u>2022</u> Hora: <u>12:46</u>		



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Processo número: 12/12-A

Secção Criminal

Relator: Nhatitima, Pedro Sinai

SUMÁRIO

- I. A qualquer resistência ilegítima às ordens dadas pelos agentes da PRM, no exercício das suas funções, ou em caso de perturbação da ordem e tranquilidade públicas, é permitido o uso da força estritamente necessária, se outros meios de persuasão não forem suficientes.
- II. Na utilização da força e meios deverá haver racionalidade e proporcionalidade à gravidade do perigo. (artigo 8 da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro)
- III. O agente da PRM somente utilizará a força e armas de fogo nas situações em que existe um risco racionalmente grave para a sua vida, integridade física ou de terceiras pessoas, ou naquelas circunstâncias em que possa pressupor um risco grave para a segurança pública e em conformidade com os princípios da oportunidade, congruência e proporcionalidade. (artigo 73 do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio).

ACÓRDÃO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo:

O Digníssimo Procurador-Geral da República, no uso das faculdades que lhe são conferidas pela alínea b) do nº 3 do artigo 17 da Lei nº 22/2007, de 1 de Agosto, requereu a anulação da sentença proferida no processo Sumário-Crime n.º 11/2012, que correu termos no Tribunal Judicial do Distrito de Moma, Província de Nampula, por ser manifestamente injusta e ilegal, valendo-se para o efeito dos seguintes fundamentos:

- a) O processo em causa foi instaurado contra os cidadãos Abacar Chomar Canela, Amade Muacolete, Domingos Benjamim, Graciano Amisse e Pedro Felisberto Tivane, todos agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) afectos ao Comando Distrital de Moma.
- b) Os co-réus foram acusados da prática de crime de ofensas corporais contra o cidadão Domingos José, provocando-lhe em consequência lesões, conforme Relatório Médico a fls. 8.
- c) A agressão ocorreu na esquadra da PRM local, alegadamente, pelo facto de a vítima ter-se recusado a entrar nas celas, conforme a ordem dada pelos agentes da autoridade.
- d) Entretanto, por sentença proferida no dia 7 de Março de 2012, os co-réus foram absolvidos, com o fundamento de terem agido de conformidade com o preceituado no artigo 8 da Lei nº 19/92, de 31 de Dezembro, lei que cria a Polícia da República de Moçambique, conjugado com o artigo 73 do Decreto nº 28/99, de 24 de Maio, que aprova o Estatuto da Polícia da República de Moçambique. Entende o tribunal "a quo" que as referidas normas permitem a utilização racional e proporcional da força para pôr termo a qualquer resistência ilegítima aos agentes da PRM, no

exercício das suas funções, ou em caso de perturbação da ordem e tranquilidade públicas.

- e) Não há qualquer indicação nos autos de que tenham sido usados outros meios de persuasão para obrigar o cidadão já detido, a entrar na cela da esquadra.
- f) As lesões sofridas pela vítima indiciam o uso excessivo e desproporcional da força por parte dos agentes da PRM porquanto, o cidadão já havia sido dominado e algemado, não constituindo, por isso, perigo para a ordem e tranquilidade públicas.

Com estes fundamentos, requer o Digníssimo Procurador-Geral da República que este tribunal anule a sentença proferida pelo Tribunal Judicial do Distrito de Moma, por manifestamente injusta e ilegal.

Correu o processo aos vistos legais, cumprindo apreciar e decidir.

Importa, antes de mais nada, verificar se estão reunidos os pressupostos de ordem legal para que o pedido possa ser apreciado.

De ordem formal alinham-se a legitimidade do requerente e o trânsito em julgado da sentença que aqui é colocada em crise. De ordem substantiva será a verificação da manifesta injustiça e ou ilegalidade de que a sentença vem impregnada.

O ilustre requerente tem legitimidade para desencadear o mecanismo extraordinário de reapreciação de decisões por manifestamente injustas e ilegais, sendo este tribunal o competente para conhecer da matéria ao abrigo do disposto, na actualidade, pela alínea b) do n.º 3 do artigo 17 da Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto (Lei Orgânica do Ministério Público) e pelas alíneas c) e d) do artigo 50 da Lei n.º 24/2007, de 20 de Agosto, (Lei da Organização Judiciária), respectivamente.

De fls. 35 e seguintes dos autos de Sumário Crime n.º 11/2012, constata-se que a sentença proferida pelo Tribunal Judicial do Distrito de Moma, a 07 de

Março de 2012, transitou em julgado pelo que é insusceptível de recurso ordinário.

A questão de fundo que importa apreciar e decidir, a fim de aferir-se da injustiça e ilegalidade da sentença que ora se pretende ver anulada, é essencialmente o uso irracional e desproporcional da força por parte dos agentes da PRM no acto de detenção e condução da vítima Domingos José aos calabouços da esquadra.

Dos factos arrolados nos autos, ficou provado em sede da audiência de discussão e julgamento que:

- 1) O co-réu Amade Muacolete encontrava-se na sua residência e a dado momento apareceu a vítima Domingos José, afirmando que estava naquele local porque alguém teria dito que o co-réu Amade vendia medicamentos e que tinha interesse em adquiri-los, caso os tivesse;
- 2) Diante de tal pronunciamento o co-réu Amade Muacolete identificou-se como agente da PRM e, Domingos José assustado levantou-se, deu uma cabeçada no co-réu Amade e tentou empreender uma fuga;
- 3) Na tentativa de o algemar o co-réu, agarrou-o pelas calças;
- 4) A vítima Domingos José agrediu o co-réu na tentativa de obstar que fosse algemado;
- 5) Nesse entretanto, a população aglomerou-se junto da residência do co-réu Amade Muacolete, e em face da tentativa de fuga empreendida pela vítima Domingos José, algemado e quase nu, deteve-o, submetendo-o de seguida à sevícias graves com recurso a paus e pedras, pelo facto de ter sido tomado por ladrão;
- 6) Os co-réus Amade Muacolete e Domingos Benjamim, fazendo uso do cassetete detiveram a vítima, uma vez que oferecia resistência às suas ordens;
- 7) Depois da sua detenção, a vítima Domingos José foi conduzida pelo co-réu Amade Muacolete ao Comando Distrital da PRM;

8) Os Autos de Exame Directo Médico-Legal e Sanidade (fls. 19) demonstram que as lesões descritas foram produzidas por instrumento contundente, delas não resultaram aleijão, deformidade, incapacidade funcional, impossibilidade para o trabalho. A violência empregue é classificada de média e insuficiente para causar a morte.

Por outro lado, a Polícia da República de Moçambique é um organismo público e força paramilitar que tem por função garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas; o respeito pelo Estado de Direito; a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. (artigo 1 e 2 da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro)

A mesma lei atribui aos agentes da PRM o direito de uso e porte de armas individuais e colectivas e outros meios adequados ao cumprimento da sua tarefa, neles se incluindo o cassetete.

A qualquer resistência ilegítima às ordens dadas pelos agentes da PRM, no exercício das suas funções, ou em caso de perturbação da ordem e tranquilidade públicas, é permitido o uso da força estritamente necessária, se outros meios de persuasão não forem suficientes.

Na utilização da força e meios deverá haver racionalidade e proporcionalidade à gravidade do perigo. (artigo 8 da Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro)

O agente da PRM somente utilizará a força e armas de fogo nas situações em que existe um risco racionalmente grave para a sua vida, integridade física ou de terceiros pessoas, ou naquelas circunstâncias em que possa pressupor um risco grave para a segurança pública e em conformidade com os princípios da oportunidade e proporcionalidade. (artigo 73 do Decreto n.º 27/99, de 24 de Maio).

Por tudo o exposto conclui-se que a força empregue no acto de detenção e condução da vítima Domingos José aos calabouços da esquadra é legítima, equilibrada entre a acção e o resultado alcançado, e de conformidade com os

princípios da racionalidade e proporcionalidade, consagrados na Lei n.º 19/92, de 31 de Dezembro.

Ter-se-á que, em face do esforço
e fúteis desta seção, refazimento
ao pedido do signatário nomeado-geral
da República, por falta de fundamento
legal.

Se o laço
Maputo 12 de Agosto de 2015
Rodrigo Silva, Nhac

Está conforme
Maputo, 27 de Outubro de 2015
A Secretária Judicial,